

REVISTA S E M

# TERRA

## A AGROECOLOGIA COMO UMA ESTRATÉGIA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO

*Centros de formações em agroecologia contribuem  
na transição a uma agricultura soberana*



Índice



03

Editorial



04

IALA Amazônico:  
por outro modelo de  
sociedade



08

ELAA: 10 anos de construção  
da Agroecologia e de novas  
relações humanas



12

Entrevista:  
Aldalberto Martins



14

Agroecologia na ENFF,  
do tijolo à formação



18

IALA Guarani, formação  
política e experiência  
agroecológica no Paraguai

Promoção:

Instituto  
**Cultivar**

Apoio:



Expediente:

Revista Sem Terra | Caderno de Experiências Cultivar N° 03 | Movimento Sem Terra – MST

Coordenação Instituto Cultivar: Cássia Figueiredo Bechara | Tesouraria: Camilo Monteiro do Amaral Álvarez | Secretaria: Rogério Paulo Ferreira  
Coordenação Coletivo de Projetos Internacionais: Ísis Campos | Secretária: Gil Alvarenga | Projeto: Leticia Barqueta e Lucas Tinti | Editor: Luiz Felipe  
Albuquerque | Colaboraram nesta edição: Antônio Borges, Marcelo Cruz, Márcio Zonta, Maura Silva, Riquieli Capitani | Revisão: Maura Silva.

Endereço: Al. Barão de Limeira, 1.232 - Campos Elíseos - 01202-002 - São Paulo - SP | (11) 2131-0850 | imprensa@mst.org.br | www.mst.org.br

# A estratégia política da agroecologia

**N**o MST, a produção agroecológica constitui um dos elementos estratégicos na concepção da Reforma Agrária Popular. Trata-se de um novo modo de vida na realização da produção de alimentos saudáveis que priorizam a preservação dos recursos da natureza.

Portanto, significa um avanço na formação de consciência dos camponeses e camponesas ao longo de nossa história.

Se por um lado entendemos que a produção é um processo formativo e estruturante de toda a vida social e econômica em nossos assentamentos, por outro, precisamos fazer com que a terra cumpra a sua função social, garantindo alimentos saudáveis para a mesa das famílias assentadas e do conjunto da população.

Nesse sentido, a produção agroecológica adquire uma dimensão política, pois se contrapõe ao modelo hegemônico do capital, que só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador.

A produção agroecológica implica em processos pedagógicos e formativos, que permitem ao povo avançar na luta e na construção de novas formas de sociabilidade. Nesse caminho, ao longo dos últimos anos construímos algumas experiências pedagógicas, que tem se tornado referência para o nosso Movimento e que precisam ser multiplicadas.

Na edição especial desta Revista, resgatamos algumas dessas experiências pedagógicas em agroecologia. Assim, apresentamos o IALA Ama-

zônico, cuja prática pedagógica opõe-se diametralmente aos processos de mineração e de expansão do agronegócio.

Nesse sentido, a agroecologia é vista como prática emancipatória construída a partir das características específicas daquela região.

No Paraná, resgata-se a experiência vivida na ELAA, evidenciando que a construção dos processos formativos em agroecologia é fator de importantes conquistas, mas que ainda enfrenta dificuldades por se contrapor à lógica capitalista.

Nesta edição também encontramos o relato sobre o IALA Guarani, que nos lembra que a prática agroecológica é uma prática ancestral, pois fundamenta-se na soberania e na autonomia do campesinato.

Assim, o resgate do conhecimento popular se torna um dos instrumentos fundamentais para a transformação social.

Já a entrevista com Adalberto Floriano Greco Martins (Pardal) fala sobre a necessidade de construção de processos educativos e formativos rumo a uma conversão agroecológica, e demonstra que a prática agroecológica é também política, de enfrentamento ao capitalismo.

Em mãos desta importante contribuição, convidamos você a fazer uma boa leitura destes textos, divulgando-os em nossos cursos, encontros e reuniões, de modo a consolidarmos nossa formação política, fortalecendo as práticas já existentes e suscitando novas experiências.

Secretaria Nacional do MST



# IALA Amazônico: por outro modelo de sociedade



Por **Márcio Zonta** | Fotos **Antônio Borges**

## Cravado entre a mineração e o agronegócio no sudeste do Pará, IALA tem se destacado pelos eventos pedagógicos contra o capital

O sol costuma bater forte nas tardes das cidades do sudeste paraense, como Marabá e Parauapebas. Pasto e boi que beiram as rodovias desnor-teiam a visão e alertam que a Amazônia sofre um sistêmico processo de mudanças produtivas e econômicas, que não cabe em seu bojo natural.

Não é para menos. Marabá e entorno sofreram num passado, não tão distante, o domínio das oligarquias familiares. Como os Mutran e os Pinheiros: latifundiários tradicionais que dizimaram milhares de indígenas para roubar suas terras, grilar territórios, escravizar trabalhadores rurais, dominar o sistema político local e desmatar o maior polígono de castanhas do Brasil.

Ademais, a região ainda recebeu na década de 1960 um fluxo de pessoas e empreendimentos econômicos na esteira da ação entreguista ditatorial, que abriu sua entranha fronteiriça, trazendo novos agentes econômicos e inaugurando uma exploração mineral que reconfigurou a disputa territorial.

Grandes grupos do capital financeiro internacional adquiriram imensas parcelas de terras. O exemplo é o grupo Santa Barbara, do banqueiro Daniel Dantas, que no lugar da floresta colocou gado. Conforme estudo da Comissão Pastoral da Terra, 72% das áreas em poder da turma de Dantas seriam compostas por terras públicas federais ou estaduais.

Arelado a isso, o maior projeto da extração de minério de ferro do mundo está cravado no coração

na Floresta Nacional de Carajás, antes de livre arbítrio indígena e hoje dominado pela mineradora Vale, em Parauapebas.

No mesmo cenário, a figura do posseiro, muitas vezes caracterizado pelo banditismo social, perdeu espaço para a organização do movimento camponês, principalmente pela consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que recém completou 25 anos no estado paraense, além das reivindicações indígenas, quilombolas e ribeirinhas que passaram a ocupar outros espaços, tanto nas esferas institucionais quanto em lutas para proteção de suas áreas.

### Pensamento agromineral

Assim como Marabá, que sofreu um crescimento vertiginoso nos últimos anos, Parauapebas hegemonizada pelo pensamento de progresso da mineração passou de uma vila marabaense na década de 1970 para uma cidade com aproximadamente meio milhão de habitantes.

Ao chegar à cidade revelou-se um sentimento de algo incabado. Talvez seja a cidade do Cone Sul onde mais o capital acumula de maneira extraordinária, seja pela exploração da natureza via recurso mineral ou pela espoliação da classe trabalhadora da mineração e da construção civil.

Hoje, um mundaréu de predominância masculina já chega a cerca de 30 mil terceirizados vivendo nas periferias da cidade, além de um canteiro de

*“72% das áreas em poder da turma de Dantas seriam compostas por terras públicas federais ou estaduais”*

obras permanente nos últimos dez anos, que expande o espaço urbano para além dos limites da natureza.

As grandes construtoras, como Odebrecht e Camargo Correia, se revezam no apoderamento da mais valia de uma gama de trabalhadores - nômade que procuram fronteiras econômicas para sobreviver. São milhares de trabalhadores que não conheceram formas de organização sindical, nem vínculos empregatícios perenes.

A Vale, desde que pôs os pés e o maquinário em Parauapebas há 30 anos, passou de 10 milhões de toneladas métricas de minério de ferro retirados por ano para mais de 100 milhões. Com o S11D, o maior empreendimento mineral do mundo na Floresta Nacional de Carajás, a empresa passará a escoar 250 milhões de toneladas métricas de minério de ferro todo ano.

As 34 siderúrgicas que existiam na região entre Pará e Maranhão para transformação do minério de ferro consumiram, a cada ano, 200 mil hectares de florestas para abastecer seus fornos desenfreadamente nos últimos quinze anos.

E agora que a floresta está derrubada e onde o boi ainda não ocupou, como num passe de mágicas, o capital lança a soja que passa a ser propagada com veemência no ideário local de prosperidade certa no campo.

O sul e sudeste paraense será tanto um corredor de escoamento quanto de produção. Grande parte da soja produzida no centro oeste brasileiro passará em breve a sair pelos portos do Pará. Bunge e Odebrecht TrasPort já arquitetam projetos que tem capacidade para escoamento de 2,5 milhões de toneladas de grãos por ano.

Influenciada por esse modelo cultural, social e econômico uma casta societária esvaece em distúrbio. Enquanto em todas as cidades paraense o alimento é o primeiro índice de consumo das famílias, em Parauapebas é o álcool.

Para piorar, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJV), Marabá e Parauapebas estão entre as dez cidades brasileiras que mais expõem jovens de 12 a 29 anos aos riscos de serem vítimas da violência a partir de variáveis que incluem estatísticas criminais, como indicadores de homicí-

dios, e sociais, como a permanência na escola ou a inserção no mercado de trabalho.

### Outro projeto

Se o capital anda ensandecido por essas bandas e todas as esquinas parecem se dar na Amazônia, isso não significa que tudo está perdido ou impossível de ser recuperado.

Em meio a esse metabolismo social enlouquecido pela expansão das commodities agrominerais, o IALA Amazônico, localizado dentro do assentamento Palmares, em Parauapebas, tem sido muito exigido para dar a contra resposta a uma sociedade que passou a ver a matriz produtiva da agricultura baseada no insumo químico, produtivista mecanizado, apenas na criação de gado e na plantação de monocultivos.

Ao mesmo tempo em que a população do campo e da cidade disputa um trabalho na mineração e

na construção civil, sofre uma lógica cultural que a deixa longe do imaginário e identidade amazônica.

Em visita a instituição, para trabalhar a arte com a juventude de Parauapebas, o sociólogo Romero Venâncio, da Universidade Federal de Ser-

gipe (UFS), reconhece o IALA Amazônico como uma possibilidade emancipatória para a sociedade local.

“Se constitui numa forma de emancipação, porque ele não é apenas um espaço agroecológico, mas sim um local de formação cultural. Num momento como esse vivido por Parauapebas, já é uma atitude muito emancipatória a construção do IALA, porque na esfera social tudo conspira contra as características desse modelo de vida pensado pelo instituto. Além disso, penso que essa modernização enriquece pessoas, mas empobrece uma massa. Trabalhar com essa massa empobrecida é o principal desafio dos movimentos sociais hoje no Pará, buscando uma via cultural diferente da existente atualmente”.

Ayala Lindabeth Ferreira, uma das coordenadoras do espaço, aponta desafios primordiais que vão seguir na mesma linha do professor. “Diferentemente das prioridades que a agroecologia tem as-

“**Bunge e Odebrecht TransPort já**  
*arquitetam projetos que tem capacidade*  
*para escoamento de 2,5 milhões de*  
*toneladas de grãos por ano*”



Marcelo Cruz

» Com o novo projeto, a Vale pretende escoar 250 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por dia

sumido em outras regiões do país, nos cabe definir quais são as características relevantes da agroecologia para a realidade regional amazônica”.

Isso sem perder de vista, segundo Ayala, a busca de soluções na escala dos sistemas de produção familiares e dos sistemas técnicos locais, mas inserido “na luta pela hegemonia de um projeto de desenvolvimento popular e emancipatório na região como um todo, e que enfrenta forte oposição de outros projetos de desenvolvimento articulados na escala regional, nacional e mundial” acrescenta.

Dessa maneira, se o anseio é debater a agroecologia e o modo de vida camponesa, atrelada a uma identificação de classe unindo o povo da cidade contra um modelo espoliativo da vida e da natureza, em quase três anos, cerca de 800 pessoas de várias organizações camponesas e urbanas dos países que compõem a Pan Amazônia, além de outras localidades como a África, vieram participar de cursos de pós-graduação, reuniões, seminários, estágios de vivência, mutirões de trabalho voluntário e intercâmbios de experiências agroecológicas e pedagógicas.

### Parceria com a universidade

O curso de Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia, em parceria com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), é uma das mais bem sucedidas empreitadas do IALA Amazônico, e já está formando sua segunda turma.

Ayala explica sobre a interação entre academia e movimentos sociais. “Essa aproximação permitiu extrapolar projetos pontuais e específicos e ajudaram a provocar o debate sobre os moldes de uma educação construída e vivenciada pelos povos do campo. Contribuíram, assim, para consolidar o campesinato nessa região e fortalecer uma identidade específica no âmbito da Educação do Campo”, conta.

O professor de Agronomia do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da UNIFESSPA, Fernando Michelloti, levanta outros pontos cruciais dessa parceria.

“Com o IALA Amazônico temos a real possibilidade de formularmos uma outra concepção que não seja a hegemônica de ensino superior no Brasil, que se orienta no âmbito das ciências agrárias, por um modelo padrão, que é relacionada ao processo de formação de novos profissionais e à produção de conhecimento dessas instituições de ensino e de desenvolvimento rural a partir das demandas prioritárias do agronegócio”, afirma.

A jovem Antônia Borges, que faz parte da turma de especialização, fala sobre as reflexões que são suscitadas nas aulas e eventos que participou no IALA Amazônico.

“Vivemos um modelo de desenvolvimento econômico que desconsidera as populações tradicionais e suas diversas identidades e formas de produzir e se reproduzirem, expropriando-as para dar lugar à exploração desenfreada dos recursos naturais. Temos que forjar outro projeto de sociedade urgente”, defende. •

# **ELAA: 10 anos de construção da Agroecologia e de novas relações humanas**



Por Riquieli Capitani

## A escola no Paraná foi construída para criar uma rede de intercâmbio entre os camponeses da América Latina

**H**á 10 anos, os camponeses da América Latina inauguraram a 1ª Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). No dia 27 de agosto de 2005, numa área de Reforma Agrária, no Assentamento Contestado, município da Lapa, região Sul do Paraná (a 70 km de Curitiba), a ELAA foi inaugurada. Estava aberta então a 1ª turma de Tecnólogos em Agroecologia.

Em 2005, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS) a Via Campesina, junto com o governo da Venezuela e do Paraná e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), firmaram um protocolo de intenções que incluía a criação de duas escolas de agroecologia, uma na Venezuela e outra no Brasil.

Aqui, essa parceria resultou na criação da escola no Assentamento Contestado, onde já haviam ações na agroecologia. “Optamos pela implantação da escola dentro do assentamento para viabilizar um intercâmbio permanente entre educandos, educadores e assentados, ajudando os camponeses a avançarem na transição da agricultura convencional para a agroecologia”, recorda José Maria Tardin, integrante da equipe pedagógica do curso.

Com isso, a escola foi construída para fomentar ações agroecológicas e contribuir na defesa da soberania alimentar dos povos, das sementes e criar uma rede de intercâmbio entre os camponeses da América Latina e garantir a formação

técnica e política dos camponeses.

A pedagoga e integrante da equipe da coordenação político pedagógica da escola, Simone Aparecida Rezende, também explica que a demanda concreta de formação dos camponeses fez com que os movimentos bancassem, junto aos governos, a construção e implementação da escola e do curso Tecnólogo em Agroecologia.

“Foram três grandes motivos para que isso acontecesse. O primeiro foi de resgatar o princípio de ser escola, coordenada a partir das perspectivas sociais, filosóficas e culturais dos movimentos; o segundo de pensar um curso que desse conta da realidade dos

camponeses e seus filhos, que trabalhasse por alternância, como o tempo escola e tempo comunidade, e o terceiro garantir a formação do ser humano a partir do trabalho diário como formador,” destaca.

Segundo Aparecida, o projeto pedagógico do curso de tecnólogo trabalha a formação humana, técnica e política dos

estudantes. As aulas são ministradas em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), com professores de outras universidades e intelectuais amigos da Via Campesina que discutem a questão da agroecologia.

Desde seu início, o curso funciona em regime de alternância com duração de três anos. Ao final dos três anos os educandos tem formação de nível superior de Tecnólogos em Agroecologia.

*“As aulas são ministradas em parceria com o IFPR, com professores de outras universidades e intelectuais amigos da Via Campesina”*

### Superando os desafios

Em 2005, não existia nenhum curso de nível superior no Brasil sobre agroecologia, e esse foi o primeiro problema encontrado: construir a grade curricular. Naquele momento, a UFPR, via Escola Técnica Federal, propôs somente o curso de tecnologia que já existia.

“Para nós foi um grande desafio, estudar, planejar, escrever, porque não tinha nada assim ou parecido com o curso de tecnólogo em nível superior. Pegamos experiências dos nossos centros de formação em agroecologia do Paraná, que já haviam formado jovens em Técnico em Agroecologia, em nível médio. A base mínima para construir a grade curricular partiu dos nossos cursos e da Escola Técnica Federal”, explica Aparecida.

No início, parecia que seria possível qualificar ainda mais a formação dos educandos, afinar as relações entre movimentos e esferas do governo. Porém, Aparecida coloca as limitações que foram surgindo no diálogo com o IFPR.

“Nesse ano iniciamos a etapa preparatória da 4ª

turma, temos demanda grande de pessoas querendo estudar. A Universidade é para atender essa necessidade, mas não estamos conseguindo avançar. Pausamos, sentamos para dialogar junto ao IFPR, mas não conseguimos garantir até o momento a primeira etapa dessa nova turma”, comenta Aparecida.

Integrante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Mato Grosso do Sul, Daiane Silva Oliveira se formou na 3ª turma, em 2013.

Ela conta que conheceu o curso por outros educandos que já haviam se formado na ELAA.

“Foi uma oportunidade incrível, um curso excelente que me possibilitou muitos conhecimentos, tanto que atuei quase um ano na minha comunidade contribuindo com

assistência técnica para mulheres indígenas. Me formei na ELAA, e hoje contribuo nessa escola, na coordenação da Ciranda Infantil”.

Oliveira ressalta diversos desafios a serem superados, “porém temos conquistas importantes. São três turmas formadas, temos mais clareza do projeto pedagógico da escola, o próprio espaço do Assentamento Contestado abraçou a escola, e o Assenta-

*“O curso funciona em regime de alternância com duração de três anos. Ao final dos três anos os educandos terão formação de nível superior de Tecnólogos em Agroecologia”*

» Alunos durante formação do CONESUL





» Já foram formadas três turmas de nível superior de Tecnólogos em Agroecologia

mento virou a escola”.

Desde o final do ano passado, numa parceria feita com o Campus do IFPR Litoral, a ELAA passou a oferecer o curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências da Natureza com ênfase em Agroecologia. O objetivo é em 2017 abrir mais uma turma em Licenciatura.

Além do curso de Tecnólogo em Agroecologia, Licenciatura, a ELAA tem realizado cursos não formais, como o CONESUL, um curso itinerante de formação política para dirigentes da base dos movimentos populares da América Latina.

“A cada dois anos ele acontece em um país da América Latina. Ele reforça ainda mais esse caráter

Latino Americano da ELAA, já que tivemos participação de pessoas da Argentina, Paraguai, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Republica Dominicana, além da garantia da formação independente do Estado, já que os movimentos sociais são os responsáveis em organizar e realizar o curso” afirma Aparecida. •

*“A ELAA tem realizado cursos não formais, como o CONESUL, um curso itinerante para dirigentes dos movimentos populares da América Latina.*

» A ELAA procura criar uma rede de intercâmbio na América Latina em torno da formação em agroecologia





Por *Maura Silva*

ENTREVISTA | *Adalberto Martins*

## “A agroecologia permite desenvolver um enfrentamento político com o capital”

*Adalberto Martins fala sobre as experiências e o debate da agroecologia para o MST*

**E**m entrevista, o coordenador estadual do setor de produção do MST no Rio Grande do Sul, **Adalberto Floriano Greco Martins (Pardal)**, fala sobre as experiências da formação no processo agroecológico difundido pelo Movimento.

“Na medida em que o processo educacional avança, precisaremos incorporar conhecimentos para além da experiência prática ou histórica dos agricultores. Este ponto, requer a formação técnica, mas uma formação casada com a dimensão local, regional, que reflita sobre a atividade desenvolvida e sobre o ambiente em que se atua”, acredita.

Pardal ressalta os desafios do MST e a necessidade de se “construir uma unidade agroecológica que permita desenvolver um enfrentamento político ao capital das relações sociais de produção no campo”.

• **Como o MST compreende a importância de se relacionar a prática agroecológica com processos formativos?**

O ponto de partida para iniciarmos os processos de transição agroecológica passa por uma decisão política da organização. Sem ela não avançamos. O primeiro passo é a decisão política de promover e aplicar a agroecologia em nossos assentamentos.

Na medida em que avançamos com a implantação de processos agroecológicos em nossos assentamentos, as trocas de experiências, os intercâmbios, os “testemunhos” dos agricultores, auxiliam em muito este processo de implantação.

Na medida em que o processo educacional avança, precisaremos incorporar conhecimentos para além da experiência prática ou histórica dos agricultores. Este ponto, requer a formação técnica, mas uma formação casada com a dimensão local, regional, que reflita sobre a atividade desenvolvida e sobre o ambiente em que se atua. Nisto entram nossos centros de formação, buscando formar, via cursos formais, de nível médio e de nível superior, os jovens

das nossas áreas. São várias as experiências de cursos formais com o enfoque agroecológico, sobretudo no nível médio.

• **Além dos processos formativos, é preciso que a agroecologia também seja compreendida enquanto um processo educacional, inclusive nas escolas do campo?**

A rede de educação que chega no campo brasileiro, está longe de incorporar as temáticas vinculadas à agroecologia. Inclusive, hoje constatamos um avanço intenso do pensamento convencional-conservador da agricultura, expresso no ideário do agronegócio.

É freqüente encontrarmos em nossas escolas do campo materiais didáticos intitulados “Agrinho”, expressão da doutrina ideológica que a classe dominante exerce sobre o campo e a sociedade brasileira. Em nossos assentamentos as escolas jogam um papel muito importante na reflexão crítica ao modelo convencional.

• **Seria possível alimentar o mundo por meio da produção agroecológica? Quais as maiores dificuldades para disseminação da prática agroecológica no país?**

Sem dúvida que poderíamos. Hoje já temos experiências que demonstram que a agroecologia pode ter escala e pode ter eficiência produtiva com sustentabilidade. O gargalo agora é de outra natureza. Nos remete ao circuito da distribuição e do consumo. Este sim, extremamente concentrado.

Hoje, no Brasil, 50% do varejo é controlado por três empresas: WallMart, Carrefour e Pão de Açúcar. E mais, boa parte dos produtos estão na esfera dos processados e ultra processados, que passa necessariamente pelas grandes cadeias agroindustriais, nas quais há também um grande controle do capital internacional. A via Campesina e o MST apresentaram ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), neste ano de 2015, uma proposta para o desenvolvimento de um Programa de Produção de Alimentos e Abastecimento Popular, apelidado de “Plano Camponês”, para de fato o MDA e o governo saírem do seu recuo político e ir para uma ofensiva junto à sociedade brasileira.

• **Qual a importância de se compreender a agroecologia**

**como estratégia de formação, luta e resistência dentro do Movimento?**

A agroecologia permite desenvolver um enfrentamento político com o capital e apontar a organização da agricultura e das relações sociais de produção no campo com outras perspectivas.

Certamente ao afirmarmos este caminho, as necessidades de formação político e técnico, a necessidade de lutas contra o capital e por políticas públicas emergirão. No fundo, trata-se de se reposicionar dentro da luta de classes afirmando um projeto de agricultura que ganha o

apoio dos trabalhadores brasileiros, ampliando a resistência do nosso Movimento.

• **Quais seriam os maiores desafios em torno desse debate?**

Um desafio interno ao nosso Movimento é justamente a tomada da decisão política. Temos cursos, jornadas, encontros, mas precisamos nas regiões e nos assentamentos tomar esta decisão de produzir alimentos saudáveis, com base na produção agroecológica.

O segundo desafio é metodológico. A produção, e em especial a produção agroecológica, requer um processo de alguns anos. Portanto, falamos de desenvolver um Processo de Transição Agroecológica. E nós não sabemos trabalhar gerando processos. Sabemos desenvolver atividades pontuais, com início, meio e fim.

O terceiro desafio é de fato garantirmos a geração de renda líquida às famílias que adotarem uma produção ecológica. O quarto desafio é conseguirmos ofertar alguns insumos agroecológicos, pois nem tudo a família assentada precisa ter em seu lote ou grupo de produção.

O quinto desafio está na pesquisa de soluções tecnológicas, sobretudo nas experiências mais desenvolvidas. O sexto é justamente política públicas que ampare e proteja estes processos de transição e a própria produção agroecológica. A grande questão está em como o Estado brasileiro poderá criar uma forma alternativa de abastecimento, de caráter popular, que não passe pelas grandes corporações agroindustriais ou comerciais.

“50% do varejo é controlado por três empresas: **WallMart, Carrefour e Pão de Açúcar**”

“Trata-se de se reposicionar afirmando um projeto de agricultura que ganha o apoio dos trabalhadores brasileiros”

# Agroecologia na ENFF, do tijolo à formação



Por Maura Silva

## A ENFF conta com uma rede de mais de 500 professores voluntários que contribuem com os cursos da escola

Foram mais de 1.000 pessoas, entre homens e mulheres, organizadas em 25 brigadas de trabalhadores voluntários de 112 assentamentos e 230 acampamentos de diversos estados brasileiros. Esse foi o contingente total para construir o que ficou conhecido como Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Batizada com o nome de um dos maiores sociólogos e políticos brasileiros, muitos consideram a ENFF o resultado da ideia, da força, do trabalho voluntário, da persistência e solidariedade de diversos atores sociais “que acreditam numa educação e formação de qualidade e que lutam para romper com as cercas da ignorância, do latifúndio e do capital”, acredita Paulo Almeida, da coordenação política pedagógica da escola.

Construída pelas mãos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, a ENFF alia formação e agroecologia desde a sua construção até as práticas de formação.

Desde seu início, a escola foi pensada para estar diretamente ligada às questões da agricultura, segurança ambiental e agrobiodiversidade, com a abertura de novas frentes de ação para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

A começar pelo seu projeto arquitetônico, que elaborado em termos solidários, teve como princípio causar os menores danos possíveis ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, propiciar melhor acolhimento aos frequentadores.

Todas as instalações foram feitas de alvenaria, com tijolos

construídos pelos próprios trabalhadores.

A estrutura, que hoje conta com três salas de aula, auditório, anfiteatros, uma biblioteca, espaço de leitura, casa de artes, quatro blocos de alojamentos, foi construída apenas com cimento sem a utilização de ferro ou outros materiais danosos ao solo.

Para Paulo Almeida, a soma dos valores da agricultura, ecologia e sustentabilidade foram fundamentais para que a escola conseguisse aliar forma-

“*A luta por um mundo  
igualitariamente justo perpassa  
pela formação de cidadãos  
conscientes com o meio em que  
vivem, destaca Paulo Almeida*”

ção política ao meio ambiente.

“Pensar a sustentabilidade desde quando a escola ainda estava no papel foi o que garantiu êxito aos nossos processos. A formação política é intrínseca à formação política e intelectual, não são caminhos diferentes. A luta por um mundo justo perpassa pela formação de cidadãos conscientes com o meio em que vivem”, destaca.

Promover a apropriação dos conhecimentos agroecológicos, a produtividade e diversificação de cultivo com a inserção dos alunos e frequentadores é um dos principais papéis desenvolvidos pela ENFF.

“Quando um aluno de uma brigada internacional vem para cá, além de se formar politicamente ele tem a oportunidade de acompanhar processos agroambientais e acaba se dando conta do projeto da escola como um todo”, acredita Almeida.

Ao longo desta década de existência, já passaram pela escola mais 24 mil pessoas em cursos, seminários, conferências e visitas, de movimentos sociais do campo e da cidade, de todos os Estados do Brasil e de outros países da América Latina e da África.

Para Dejacira Araújo, pedagoga e integrante da coordenação da Florestan, a Escola é uma grande obra construída pela classe trabalhadora, e cada vez mais os trabalhadores precisam se apropriar dos conhecimentos profundos sobre a luta de classes, história, arte, cultura, política e economia.

“Essa Escola é uma grande obra, e tem a perspectiva de que possamos cada vez mais avançar na produção de conhecimento, no fortalecimento dos processos de formação da consciência, dando oportunidade para aqueles que tiveram acesso negado ao conhecimento e a escolarização”, acredita.

Sobre um terreno de 120 mil m<sup>2</sup>, a ENFF tem como objetivo garantir as necessidades de formação formal e informal de camponeses e camponesas, militantes de movimentos sociais e organizações políticas da classe trabalhadora.

#### Estrutura

A escola conta com uma horta-mandala, que tem um sistema de irrigação própria feito com Cotonete e mangueira. A produção da horta que vai de verduras e legumes até temperos finos é o que abas-

*“Já passaram pela escola mais 24 mil pessoas de todos os Estados do Brasil e de outros países da América Latina e da África”*

#### » A ENFF garante a formação formal e informal àqueles que tiveram o acesso negado



Isaac Geribert

» A ENFF garante a formação formal e informal àqueles que tiveram o acesso negado



Arquivo

tece a cozinha da escola.

No espaço também foram plantadas mais de 30 espécies de ervas medicinais que servem para fabricação de remédios fitoterápicos.

Sistemas de compostagem, fertilidade do solo, reciclagem de lixo e captação de água da chuva, além de sistema de reutilização de resíduos sólido, aproveitamento de resíduos orgânicos para produção de adubo orgânico (húmus de minhoca, fertilizantes naturais, composto entre outros) também estão instalados na escola.

Para manter todo esse alicerce funcionando, um batalhão de 42 militantes residentes, que compõem a brigada permanente Apolônio de Carvalho, mais os educandos - que são orientados a colaborar com as tarefas da escola -, se dividem durante as atividades cotidianas.

Com isso, a escola tem o apoio de mais de 500 professores voluntários - do Brasil, da América Latina e de outras regiões -, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo, Estudos Latino-americanos, etc.

Além disso, oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades (por exemplo, Serviço Social e Direito) e mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, por meio de convênio com a UNESP e Cátedra UNESCO de Educação do Campo. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países.

*“Junto aos educandos, a brigada **Apolônio de Carvalho**, com 42 militantes, é responsável de manter o funcionamento da escola*

#### **“Frango Feliz”**

Ainda de forma inicial, a ENFF está desenvolvendo junto à pesquisadores do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros (Esalq - USP) o projeto “Frango Feliz”, que tem como objetivo trabalhar o aviário semelhante à maneira em que são criadas as galinhas caipiras.

Para cada ave são três metros quadrados. Muito mais espaço para circularem e comerem. Além da disposição de pasto que garante o acesso a uma alimentação mais variada, o que torna o animal muito mais saudável para consumo humano.

A formação representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para protagonizar o processo de transformação social em busca da concretização de novos caminhos. •

# **IALA Guarani, formação política e experiência agroecológica no Paraguai**



Da Redação

## Fundado em 2008, o instituto sintetiza as práticas políticas e produtivas dos movimentos latino americanos

O Instituto de Agroecologia Latino Americana no Paraguai, conhecido como IALA Guarani, se insere dentro do projeto da Via Campesina de construir uma rede de escolas de Agroecologia na América do Sul.

Nesta perspectiva, já foram fundadas quatro instituições, entre elas o IALA Amazônico (fundado em 2009), o IALA no Paraná (2005); o IALA Paulo Freire, na Venezuela (2006), e o IALA Guarani, no Paraguai (2008).

O objetivo destas escolas é propor a realização de processos de formação e educação política e técnica no campo, visando consolidar práticas de resistência de caráter internacional que se contraponha às relações de subordinação impostas pela hegemonia do capital.

Neste sentido, o IALA Guarani se propõe a articular os sujeitos do campo que vivem processos de lutas e resistência no país, por meio de ações com universidades, pesquisadores, movimentos sociais e camponeses que realizam ações de formação, escolarização e trocas de experiências agrícolas com ênfase nos princípios da agroecologia.

“O IALA Guarani é um marco na construção da integração Latino-americana, tendo como

base a educação popular e a formação política e agroecológica”, acredita o estudante boliviano Eusébio Fernandez.

Para ele, este processo é uma “síntese das práticas políticas e produtivas dos movimentos latino americanos, que faz com que o internacionalismo, a integração e o intercâmbio de experiências sejam aspectos formadores da prática política do Instituto”.

Já a estudante paraguaia Selene Nunez vê no instituto uma maneira de produzir novos conhecimentos a partir da re-

formulação do processo de aprendizagem, tendo a realidade como lócus de investigação para a transformação.

“Podemos dizer que não há nenhuma escola no Paraguai que se compare ao IALA Guarani. Aqui temos uma escola popular, que abre as portas para os camponeses, os indígenas e todos aqueles que têm dificuldade de acesso à educação formal. Podemos dizer que somos privilegiados em comparação com outros jovens do país que querem estudar e não podem. No IALA não somos formados apenas tecnicamente, mas também politicamente. Aqui temos um suporte que nos permite levar conhecimento adiante, isso é algo que não acontece em nenhuma outra instituição”, afirma. O estudante brasileiro, Jona-

*“O IALA Guarani se propõe a articular os sujeitos do campo que vivem processos de lutas e resistência no país*

than Piva, comenta que “a agroecologia é uma prática de produção ancestral, uma bandeira de luta das organizações e, além disso, é também um modo de vida que se fundamenta na soberania e na autonomia dos camponeses”.

### Histórico

O IALA Paraguai foi fundado em 2008, mas levou alguns anos para se fundar no país.

O instituto surge num momento de efervescência da política paraguaia. De 2009 a 2011, no Paraguai, foi realizado o posto Cone Sul Curso de Formação e arquivo da CLOC Via Campesina durante três anos consecutivos.

O IALA Guarani sofreu vários ataques que tinham o objetivo de desestabilizar o instituto. A esco-

la foi criminalizada por parte do governo, que a acusou de ser um local de formação de guerrilha que tinha o bolivarianismo como expressão metodológica.

Os ataques duraram cerca de cinco anos. Essa foi uma situação que obrigou o IALA a construir uma aliança política com grupos, organizações e movimentos populares das áreas rurais e urbanas

para reforçar e salvaguardar seus objetivos.

Na tentativa de expandir a sua relação com a sociedade civil, alunos e governo local, o IALA participou de inúmeras atividades e eventos numa perspectiva solidária.

“Durante sua criação, vários ataques foram realizados ao instituto para desestabilizar as ações do **IALA Guarani**

### Obstáculos e institucionalização

Ao longo de sua história, o sistema educacional no Paraguai suportou mais de três décadas de política ditatorial. Essa era uma ferramenta

» O IALA Guarani articula os sujeitos do campo que vivem processos de luta e resistência em seus países



de manipulação do regime autoritário, ou em outras palavras, era uma fonte de poder, que não permitia aos cidadãos discordar das políticas impostas pelo governo.

Neste contexto, o IALA Guarani instala sua formação científica proposta para os jovens camponeses com uma abordagem produtiva, que visa resgatar e incluir o conhecimento camponês e popular.

Em meio a essas circunstâncias, ergue-se o projeto educacional do IALA Guarani, na medida em que se destina a contribuir para os processos de mudança social, e enfatiza a busca pela justiça e humanização da sociedade, garantindo a consolidação dos processos transformadores.



» Formação política e técnica estão integradas nos cursos

“O IALA Guarani trabalha com uma abordagem produtiva que visa resgatar e incluir o conhecimento camponês e popular



# ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES: UMA CONQUISTA QUE PRECISAMOS MANTER!

A ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES PRECISA DA SUA AJUDA  
PARA SE MANTER EM FUNCIONAMENTO.

EM DEZEMBRO DE 2009, UM GRUPO DE INTELLECTUAIS, PROFESSORES, MILITANTES  
E COLABORADORES RESOLVEU CRIAR A "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA  
NACIONAL FLORESTAN FERNANDES"

OS RECURSOS ANGARIADOS PELA ASSOCIAÇÃO SÃO DIRETAMENTE DESTINADOS ÀS  
ATIVIDADES DA ESCOLA. EVENTUALMENTE, PARTE DESSES RECURSOS É USADA NA  
ORGANIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES (SEMINÁRIOS, MOSTRAS DE ARTE E  
FOTOGRAFIA, FESTIVAIS DE MÚSICA E CINEMA ETC.), CUJOS RECURSOS TAMBÉM  
SÃO DESTINADOS A ENFF.



PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES SOBRE COMO PARTICIPAR E CONTRIBUIR PROCURE  
A SECRETARIA EXECUTIVA:

RUA DA ABOLIÇÃO Nº 167 - BELA VISTA - SÃO PAULO - SP - BRASIL - CEP 01319-030  
TELEFONES: (55.11) 3105-0918 - 99454-9030 - ASSOCIACAO@AMTIGOSENFF.ORG.BR

[WWW.AMTIGOSENFF.ORG.BR](http://WWW.AMTIGOSENFF.ORG.BR)